



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE DE FRANCA - SP**

CNPJ Fundo Municipal: 18.672.244/0001-86

1 **ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS**  
2 **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE FRANCA/SP -**  
3 **CMDCAF-26/04/2023.** Ao dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três, às 8h,  
4 realizou-se a oitava reunião em formato presencial, no SEDAS - Salão (Endereço:  
5 Av. Champagnat, 1750 — Centro Franca — SP,14400– 320) A mesma foi  
6 coordenada pela presidente Vanessa Aparecida Barbosa Tristão, que saudou a  
7 todos e fez a verificação do quórum. Estiveram presentes como conselheiros  
8 representando o Poder Público: **Prefeito ou representante por ele**  
9 **designado:** Jandira de Almeida Ramos e Iara Flávia Afonso Guimarães. **Representante**  
10 **da Assistência Social:** Maria Aparecida Morais. **Representante da Secretaria da**  
11 **Educação:** Rejiane Garcia. **Representante da Secretaria da Saúde:** ausente.  
12 **Representante da Secretaria de Finanças:** ausente. **Representante da Secretaria de**  
13 **Segurança e Cidadania:** Mauricio Gonçalves da Rocha. **Representante da Diretoria**  
14 **Regional de Ensino:** Ângela Cristina de Oliveira Gonçalves. **Representante da Polícia**  
15 **Civil:** ausente. **Representante da Receita Federal do Brasil:** Flávio Paulo de Faria.  
16 **Representante do Ministério do Trabalho:** Eloá Patrocínio de Assumpção .  
17 **Representação da Sociedade Civil: Representantes das Entidades Assistenciais de**  
18 **Franca:** Venilsa Almeida Costa e Cristina Alves Moreira e Cristina Alves Moreira,  
19 **Representantes da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil:** ausente. **Representante**  
20 **das Entidades de defesa e atendimento da criança e do adolescente com deficiência:**  
21 **Gabriela Alves Teixeira e Vanessa Ap. Barbosa Tristão** **Representante dos Sindicatos**  
22 **de Trabalhadores com sede em Franca:** ausente. **Representante da Indústria e**  
23 **Comércio e ou Serviços de Franca:** Marilda Manreza. **Representantes das**  
24 **Entidades Não Governamentais que desenvolvem programas profissionalizantes**  
25 **junto a adolescentes:** Geovana Fuga de Lima e Andreia Luzia Bernardes Inocêncio.  
26 **Representante da Saúde Privada:** ausente. **Representante das Entidades que**  
27 **trabalham ou desenvolvem programas na recuperação e prevenção às drogas:**  
28 **Marcelo Peraro de Souza.** **Representante de Clubes de Serviços:** José Cândido  
29 **Chimionato.** **Como convidados estiveram presentes: Representando a Secretaria-**  
30 **Executiva do CMDCAF:** Claudia Helena dos Santos Spirandeli. Vanessa inicia  
31 agradecendo a presença de todos, explica como surgiu o tema da violência nas  
32 escolas, a situação de insegurança e o adoecimento mental de crianças e  
33 adolescentes, que foi sugerido pela representante das escolas estaduais, Ângela, na  
34 última reunião feita pelo Conselho, trazendo dados recentes que apontam a  
35 necessidade de tratamento psicológico e psiquiátrico para os mesmos, e a  
36 insuficiência escolar em atender essas demandas. Vanessa levanta o  
37 questionamento do que é primordial, podendo ser objeto de um chamamento. Essa  
38 reunião objetiva ver o que não está sendo feito, o que cada órgão pode fazer, e o  
39 que o Conselho poderá fazer nesses casos, ao analisar o papel de cada um, o  
40 funcionamento das políticas públicas que enfrentem a situação de violência nas  
41 escolas, e assim, caso houvesse necessidade suplementar, a possibilidade de lançar  
42 edital de projeto que vise o tratamento desses casos. Vanessa chama os convidados  
43 e autoridades para compor a mesa, dá boas-vindas e passa a palavra para a  
44 Secretária de Educação, Márcia Gatti, que assente a presença de dificuldade nas  
45 escolas quanto ao tema, comenta ser um problema no mundo inteiro, não apenas  
46 em Franca, destaca serem protocolos novos e que, neste caso, todos precisam  
47 pensar juntos em soluções ou medidas a curto, médio ou longo prazo. Diz que a  
48 Secretaria de Educação faz parte da União dos Dirigentes Municipais do Brasil –



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE DE FRANCA - SP**

CNPJ Fundo Municipal: 18.672.244/0001-86

49 UNDIME, e relata o recebimento de uma carta da UNDIME, e que, em parceria  
50 com a Polícia Militar, já haviam feito protocolos parecidos com os propostos pela  
51 carta, e que ficou bastante satisfeita ao perceber que as ações recomendadas a nível  
52 nacional já estavam em andamento no município. Destaca a importância do  
53 diagnóstico, a fim de evitar pânico, contendo os reais acontecimentos dentro das  
54 unidades escolares em Franca, no combate às fake news. Conta que se reuniu com  
55 Carla, da Comissão de Psicólogos e Assistentes Sociais da Educação, e Letícia, da  
56 Comissão de Orientadores Pedagógicos, aonde definiram “palavras de ordem”,  
57 sendo: planejar, diagnosticar e acolher, de forma a não fechar o espaço escolar,  
58 nem antecipar férias escolares, pois as crianças e os adolescentes, juntamente com  
59 suas famílias, precisam ser acolhidos no meio escolar. Não se pode apenas  
60 imaginar que a escola só se ocupará das questões sociais, e sim, que a escola tem o  
61 papel social de prevenir situações em seu espaço, dando acesso ao direito ao  
62 conhecimento, contando com psicólogos e assistentes sociais, que tem como  
63 prioridade trabalhar com prevenção, aproximando os pais e responsáveis. Vanessa  
64 passa a palavra para a Dirigente de Ensino, Silma, e aproveita para agradecer a  
65 ajuda nas conferências municipais, diz que as escolas estaduais foram grandes  
66 parceiras e ajudaram muito com a participação dos estudantes nas Conferências.  
67 Silma destaca que deve haver um elo entre ambos. Agradece a Polícia Militar e  
68 Civil, reforçando que é um trabalho em conjunto, e que a escola não conseguiria  
69 fazer tudo sozinha. Vanessa passa a palavra para o representante da Saúde, que  
70 começa a sua fala reforçando as palavras de Márcia e Silma, e diz que a saúde  
71 mental das crianças e adolescentes é algo a ser priorizado e informa sobre as redes  
72 de atendimento, contendo dentro das UBS – Unidades Básicas de Saúde, serviço de  
73 matriciamento psiquiátrico, o NAIA e o CAPS AD etc. Fala sobre suas  
74 possibilidades e limitações enquanto serviço público, e ressalta a necessidade de  
75 aplicar estratégias em conjunto. Diz que conta com a ajuda de uma pediatra para  
76 fazer os encaminhamentos, de modo a fazer uma triagem, e que estão em constante  
77 discussão a respeito do CAPS. Letícia começa agradecendo a oportunidade da fala  
78 e diz que está representando o grupo de orientadores educacionais que estão em  
79 contato com as famílias, fazendo o acolhimento e os instruindo. Carla Janaine se  
80 apresenta e faz uma apresentação dos dados e trabalho realizados pela rede  
81 municipal. Foi projetado em PowerPoint dinamicamente. Encerrada a apresentação,  
82 Vanessa passa a palavra ao representante da Segurança Municipal, Maurício  
83 Gonçalves, que relata que a Secretaria estava ciente e preparada para eventuais  
84 acontecimentos, e que no dia 20 de abril, solicitou o patrulhamento da Guarda  
85 Municipal em escolas e creches. Márcia, do Projeto Bom da Cuca, inicia sua fala  
86 apresentando-o, diz que o surgimento se deu com a necessidade de  
87 encaminhamento de crianças que careciam de cuidados além do que a Pastoral do  
88 Menor poderia oferecer, como médicos e uso de medicamentos. Conta que o  
89 projeto atendia mais de 200 crianças por mês, com o apoio do CRAS e escolas,  
90 promovendo orientação, um olhar cuidadoso à situação da criança. Iara, falando  
91 em nome da Secretaria de Ação Social, menciona que uma das principais  
92 preocupações é saber aonde a Secretaria não consegue chegar ou visualizar, e que  
93 por meio desse questionamento, depararam-se com a ausência da SUAS no contato  
94 com os jovens. O meio de enfrentamento encontrado foi o ampliamiento e  
95 reorganização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, a  
96 implantação do Serviço de Convivência englobando a faixa etária de 0 a 6 anos,



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE DE FRANCA - SP**

CNPJ Fundo Municipal: 18.672.244/0001-86

97 que também presenciava certo afastamento da SUAS. Colocando o olhar sobre os  
98 cuidados com a primeira infância, informa a elaboração de um projeto para esse  
99 público. Conta sobre a pretensão de ampliar duas unidades do CRAS, e a  
100 inauguração de uma unidade na região Norte do município, a implantação do  
101 núcleo Reconhecer, que atende a violência relacionada a discriminação de raça,  
102 gênero e orientação sexual, que também tem sido articulado com o trabalho nas  
103 escolas, através de oficinas com adolescentes e a inclusão dos funcionários do  
104 Serviço de Convivência. Vanessa conta que houve um reordenamento dos serviços  
105 socioassistenciais no ano de 2022, que deve haver diálogo e deliberações em  
106 conjunto, e diz que enquanto Presidente do Conselho, atualmente não consegue  
107 entender o mapeamento dos serviços para a criança e o adolescente, devido a  
108 mudanças recentes, e que essas mudanças não foram pautadas em reunião. Vanessa  
109 passa a palavra para Angela, supervisora de ensino da Diretoria de Franca, que foi  
110 a proponente do tema da reunião, destaca que o público da educação do estado  
111 possui demandas diferentes do município, no que se refere a faixa etária atendida  
112 pelas escolas estaduais. O promotor dr. Anderson começa sua fala exemplificando  
113 como a mídia influencia negativamente os jovens, através de programas com teor  
114 violento. Comenta também sobre a influência da internet, sobre o afastamento do  
115 adolescente de sua família, na busca por seus iguais dentro da comunidade virtual,  
116 aonde acaba entrando em contato com grupos extremistas. Salienta a preocupação  
117 com a taxa de suicídio entre as crianças e os adolescentes. Retoma uma ideia  
118 expressada por Letícia em sua fala, de que deve haver intersetorialidade no  
119 cuidado com esses indivíduos, não apenas focando no ambiente escolar. Ressalta  
120 que o Ministério Público faz parte dessa intersetorialidade, mas que tem sua função  
121 previamente delimitada, sendo vocacionado por uma atuação coletiva. Lembra de  
122 que o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que haja descentralização  
123 político-administrativa e municipalização no atendimento desse público, não é  
124 trabalho apenas do juiz e promotor, e sim de toda a rede local de proteção, estando  
125 fortalecida e buscando o engajamento das famílias. Adverte que o Ministério  
126 Público não faz políticas públicas, mas as induz e analisa o que pode ser feito ou  
127 melhorado, agindo quando há omissão dos entes. Em casos de ameaça constatada  
128 em rede social, ou porte de arma ilegal dentro do ambiente escolar, reforça que  
129 além do boletim de ocorrência, o dirigente da escola pode encaminhar e-mail  
130 diretamente para a Promotoria, contendo a cópia do boletim de ocorrência e o  
131 eventual histórico do jovem. Ressalta o aumento da evasão escolar, consequência  
132 pós-pandemia, e a preferência pelo homeschooling (ensino domiciliar), tendência  
133 altamente difundida na internet. Lembra a importância de se realizar a busca ativa  
134 por parte da escola, e em casos de negligência, fazer o encaminhamento ao  
135 Conselho Tutelar. Esgotados todos os meios, o Conselho Tutelar deverá conduzir o  
136 caso ao Ministério Público. Vanessa comenta que a conselheira Cristina a  
137 questiona se a FEAC foi convidada para a reunião, Vanessa diz que não, porém,  
138 neste caso em particular, o Conselho poderia fazer recomendações diretamente à  
139 FEAC. Menciona que ela e outros membros do Conselho tiveram a ideia de mudar  
140 o tema do concurso multicultural, de “trabalho infantil” para “cultura da paz”,  
141 embora tenha expressado a preocupação de não ter preparado profissionais  
142 especializados no assunto, pois as oficinas sobre trabalho infantil já estavam  
143 prontas. Recorda, porém, de um grupo da região Norte que poderia auxiliá-los  
144 nesse sentido, sobretudo dentro das escolas. Cede a palavra ao tenente-coronel



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE DE FRANCA - SP**

CNPJ Fundo Municipal: 18.672.244/0001-86

145 representante da Polícia Militar, inicia ressaltando a importância de saber qual é o  
146 papel da Polícia Militar nos casos citados, enfatiza a fala do promotor Anderson,  
147 quanto ao papel de cada entidade, fazendo aquilo que lhe compete. Frisa a  
148 necessidade do CMDCAF em dar todo o suporte para o bom funcionamento do  
149 Conselho Tutelar, destaca que os funcionários e professores da escola também  
150 devem ser foco de segurança e proteção por parte da polícia. Iniciam-se as falas  
151 finais, com a inscrição de Venilsa e Cristina. Venilsa, representante das entidades  
152 em Franca, explica sobre o Serviço de Convivência, cita ser parte do serviço de  
153 proteção básica do SUAS, trabalhando com a prevenção, em um formato diferente  
154 com atendimento a amplas faixas etárias, juntamente dos responsáveis nas idades  
155 de 0 a 6. Relata que ao trabalhar em conjunto com as famílias, os resultados são  
156 mais concretos. Cristina, assistente social e coordenadora da Sociedade dos Cegos,  
157 comenta a dificuldade de inserção de crianças e adolescentes nessa rede de  
158 proteção, o impasse em chegar até as famílias e da questão estrutural de  
159 desigualdade e violência intensificada pós-pandemia. Vanessa dá a reunião como  
160 encerrada, Eu, Claudias Helena dos Santos Spirandeli a presente ata, que uma vez lida e  
161 aprovada será publicada no link do Conselho  
162 (<https://www.franca.sp.gov.br/conselhos/cmdcaf>).



Conselho Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente de  
Franca SP